

# Ulysses refuta crítica ao Parlamento

Para ele, o Congresso não pode ser julgado pelo trabalho em plenário

"O Congresso Nacional pode ter erros, que serão corrigidos, mas a verdade é que o Parlamento vem sendo vítima de ataques indiscriminados, de vez que não retomou ainda às suas prerrogativas essenciais".

Essas palavras foram proferidas ontem pelo presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, na abertura do "Simpósio de Temas Constitucionais", que ele exemplificou como uma das provas do trabalho da Câmara dos Deputados, que não se responde ao plenário.

Segundo Ulysses Guimarães, se os parlamentos do mundo fossem julgados pelo seu trabalho de plenário, se constataria que a maioria deles sempre está vazio. E que muitos deveriam, em consequência, ser fechados.

Para o assessor especial do presidente da República e ex-presidente da Câmara, Célio Borja, o Congresso Nacional "tem garantido a democracia" razão pela qual ele lastima que hoje não se dê o verdadeiro valor ao Parlamento brasileiro.

Para o ministro da Justiça, Fernando Lyra, a campanha contra o Congresso Nacional é injusta, pois foi numa noite de malo último que o Congresso Nacional votou a emenda constitucional número 25 que, entre outras alterações constitucionais, acabou com a sublegenda e a fidelidade partidária, estabeleceu a coligação partidária, restabeleceu as eleições diretas para presidente da República e prefeitos de municípios onde havia nomeações e tirou da clandestinidade os partidos comunistas.

## Marchezan quer nova forma de avaliação

O ex-presidente da Câmara, Nelson Marchezan (RS), solicitou ontem aos repórteres que encontrem uma fórmula mais objetiva para avaliar a atuação dos parlamentares, pois julgá-los somente pela presença em plenário é um erro.

Lamenta Marchezan que a imagem do político esteja sendo deturpada, confundindo-se a grande maioria, que exerce mandato com responsabilidade, com outros, poucos, que comparecem raramente ao Congresso. Estes é que precisam ser apontados para que o povo os julgue, segundo ele.

Marchezan não se queixa do noticiário a seu respeito, mas adverte que é preciso entender melhor a função do deputado. "Na última terça-feira, por exemplo, tive, com outros parlamentares, um encontro com o Ministro da Previdência".

## Parlamentar quer acabar com jetons

Um apelo no sentido de que a comissão parlamentar encarregada de estudar o restabelecimento das prerrogativas do Congresso acabe com a figura do jeton e com as formas indiretas de pagamento aos deputados e militares, foi feito ontem, da tribuna da Câmara, pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). "Essa comissão tem o dever moral de rever o problema do subsídio", afirmou, acrescentando que essa forma de remuneração faz com que "deputados e militares constituam uma casta privilegiada, praticamente isenta do Imposto de Renda".

Segundo explicou Maurílio Ferreira Lima, alerta nesse sentido foi feito por uma eleitora sua que o colocou a par do conceito de que goza o parlamentar. "O subsídio do deputado é estabelecido de forma a desonrar a imagem do Congresso Nacional e das instituições políticas como um todo".

## Jarbas autoriza corte no salário

Em carta que enviou na semana passada ao líder de seu partido na Câmara, deputado José Eudes (RJ), o candidato à prefeitura do Recife pelo PSB, deputado Jarbas Vasconcelos, solicitou que fosse transmitida à Mesa da Câmara a sua "expressa autorização" para que, nos termos regimentais, seja cortado dos seus vencimentos o jeton correspondente ao comparecimento às sessões.

Vasconcelos explicou que a campanha para as próximas eleições municipais exige a sua presença constante no Recife, mas colocou-se à disposição para comparecer às votações, "de maneira a integrar-me aos esforços dos que pleiteiam o aperfeiçoamento democrático e colocam-se a lado os interesses nacionais".

## Deputado condena a caixinha eleitoral

Em carta aberta dirigida ao industrial Antônio Ermírio de Moraes, o deputado Arthur Virgílio Neto (AM), vice-líder do PMDB, desafiou-o a desestimular a formação de "caixinhas de empresários" que se destinariam a financiar candidatos do poder econômico à Assembleia Nacional Constituinte.

Nós desafiamos, em nome dos altos interesses da Pátria, a que convinha os demais empresários que eventualmente dela compactuam, a que não tentem conspirar, com o financiamento de candidatos antipovo, a eleição de uma Constituinte, que deve ser livre de influências espúrias.

Quanto à defesa que o empresário faz no sentido de acabar com os partidos políticos, Arthur Virgílio comenta: "Extingui-los seria permitir o aumento do poder do empresariado, que financiaria as campanhas dos chama-dos candidatos apártidários, irremediavelmente comprometidos com seus patrocinadores".